

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
------------------------	-----------

SEÇÃO 1. PARTE GERAL

CAPÍTULO 1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	21
--	-----------

1.1	Por que o termo inatividade?	21
1.1.1.	Inexistência de um consenso terminológico na doutrina	29
1.2.	Alcance da tutela jurisdicional das partes no processo.....	31
1.2.1.	Prestação de tutela jurisdicional ao réu.....	36
1.3.	Posições das partes e isonomia: pressuposto para um tratamento mais uniforme da inatividade processual.....	42

CAPÍTULO 2. INATIVIDADE, PROCESSO E PROCEDIMENTO...	51
--	-----------

2.1.	Os prazos processuais como instituto fundamental para a viabilização da marcha processual.....	54
2.1.1.	Possibilidade de suprimento da perda de um prazo?.....	63
2.2.	Marcha processual por iniciativa das partes: a quem cabe o impulso?	68
2.2.1.	Questões cognoscíveis de ofício	82
2.3.	Inatividade e comportamento processual.....	90
2.4.	Proposta de tratamento isonômico da inatividade como comportamento processual: os atos processuais das partes como elemento de convicção.....	97
2.4.1.	Problemas da falta de sistematização da utilização do comportamento processual como elemento de convicção	106

SEÇÃO 2. TRATAMENTO DA INATIVIDADE PROCESSUAL DAS PARTES

CAPÍTULO 3. INATIVIDADE DAS PARTES COM CONSEQUÊNCIAS MERAMENTE PROCESSUAIS..... 119

3.1.	Análise do direito positivo pátrio	119
3.1.1.	O tratamento do abandono de causa no direito brasileiro atual	128
3.2.	Inatividade e extinção: inatividade pura ou instrumental e inatividade em sanar um vício processual. O fundamento da extinção por inatividade do autor.....	138
3.2.1.	Extinção por inatividade em sanar um vício processual.....	138
3.2.1.1.	Casos de inatividade em sanar um vício expressamente previsto pelo legislador ...	152
3.2.2.	Extinção por inatividade pura ou instrumental.....	161
3.2.2.1.	Exemplos de inatividade pura ou instrumental no direito brasileiro	167
3.2.3.	Justificativa para a distinção entre inatividade pura e instrumental e inatividade em sanar um vício processual.....	173
3.3.	Exemplo de tratamento mais isonômico em relação à inatividade processual na legislação estrangeira: o direito italiano.....	176
3.3.1.	Inatividade das partes no processo italiano do trabalho: um paralelo com o nosso tratamento das partes inativas	183

CAPÍTULO 4. INATIVIDADE DAS PARTES COM CONSEQUÊNCIAS DIRETAS NA DECISÃO DE MÉRITO 191

4.1.	Revelia e seus efeitos.....	191
4.1.1.	Presunção de veracidade das alegações de fato formuladas pelo autor.....	191
4.1.1.1.	A presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor como consequência da inatividade em sistemas que adotam o procedimento oral.....	200
4.1.1.2.	Análise crítica: problemas da adoção do tratamento da presunção de veracidade	

	dos fatos alegados pelo autor no caso de inatividade do réu em nosso sistema	205
4.1.2.	Simplificação procedimental: julgamento antecipa- do do mérito	215
4.1.3.	Fluência dos prazos contra o réu revel	220
4.2.	Inatividade no comparecimento à audiência	223
4.3.	Tratamento mais isonômico: o exemplo do direito alemão ...	228
CONCLUSÕES.....		233
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		237